



# **Prefeitura Municipal de Aguai**

Avenida Olinda Silveira Cruz Braga, 215 - CEP.: 13.860-000 - Aguai - SP

Fone: (19) 3653-7100 – CNPJ: 46.425.229/0001-79

**SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 154/2020**

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2020**

**Nº CONVÊNIO 08/2020**

**Termo de Colaboração nº 001/2020  
que entre si celebram o  
MUNICÍPIO DE AGUAÍ e a  
organização da sociedade civil  
EDUCANDÁRIO DE PINHAL  
mediante as cláusulas e condições  
seguintes:**

O **MUNICÍPIO DE AGUAÍ**, pessoa jurídica de direito público, sito a Avenida Olinda Silveira Cruz Braga, nº 215, bairro Parque Interlagos, AGUAÍ, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ nº 46.425.229/0001-79 neste ato representado por Catarina Maria de Wit Segeren, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a Organização da Sociedade Civil Educandário de Pinhal, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Coronel Amando Vergueiro nº 52, Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.799.351/0001-80, neste ato representada por seu (sua) representante legal o(a) Sr (a). Neusa Maria Verola Vinhas, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG n.º 9.378.612-8-SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 321.672.348-90 a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 3.494, de 06 de janeiro de 2017 e demais legislações pertinentes, mediante a execução de serviços/projetos estabelecidos no Plano de Trabalho e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** O presente Termo de Colaboração tem por objeto a execução de **Serviço sócioassistencial de Proteção Social Especial de Alta Complexidade de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes de 0(zero) a 17 anos e 11 meses e 29 dias de idade, na Modalidade Casa Lar, para até 10 (dez) usuários de ambos os sexos, de caráter continuado, com abrangência municipal, conforme condições fixadas neste instrumento e o Plano de Trabalho, anexo.**

**1.2** integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Chamamento



# **Prefeitura Municipal de Aguai**

Avenida Olinda Silveira Cruz Braga, 215 - CEP.: 13.860-000 - Aguai - SP

Fone: (19) 3653-7100 – CNPJ: 46.425.229/0001-79

**SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**

Público nº 002/2020 Processo Administrativo nº 154/2020, em conformidade com o PLANO DE TRABALHO.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

2.1 dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de:

**Valor Global: R\$ 540.000,00(Quinhentos e Quarenta Mil Reais) – Recurso Municipal e Federal.**

**Dotações Orçamentárias – 02.09.03.08244.0028.2078.3.3.50.39.00.01.510.0000  
Recurso Próprio – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Valor R\$ 501.840,00 (Quinhentos e Um Mil Oitocentos e Quarenta Reais).**

**Dotações Orçamentárias – 02.09.03.08244.0028.2076.3.3.50.39.00.05.500.0019  
Recurso Federal – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Valor R\$ 38.160,00 (Trinta e Oito Mil Cento e Sessenta Reais).**

2.2 as parcelas dos recursos municipais transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma desembolso aprovado no plano de trabalho, transferidos eletronicamente na conta indicada (vinculada) pela organização da sociedade civil, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.

2.3 os valores correspondentes aos recursos de cofinanciamento Municipal e Federal serão pagos apenas e tão somente, quando da efetivação dos recursos transferidos pelo Governo Municipal e Governo Federal, referente ao Serviço da Proteção Social Especial - Alta Complexidade, competência de 2020/2021, que serão transferidos eletronicamente na conta indicada (vinculada) pela organização da sociedade civil, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.

2.4 O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer das impropriedades previstas nos arts. 48 da Lei nº 13.019/2014.

2.5 Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.

2.6 quando a liberação dos recursos ocorrer em 4 (quatro) ou mais parcelas, o repasse da Quarta, bem como as demais, ficará condicionado à comprovação da prestação de contas, cujo prazo de entrega encontrar-se vencido. O pagamento das parcelas 4, 7 e 10 somente será efetuado mediante apresentação da prestação parcial do trimestre referente para o Controle Interno e Comissão de Avaliação.

2.7 A prestação parcial do trimestre compreende da apresentação do Relatório de Execução do Objeto que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir



# **Prefeitura Municipal de Aguaí**

Avenida Olinda Silveira Cruz Braga, 215 - CEP.: 13.860-000 - Aguaí - SP

Fone: (19) 3653-7100 – CNPJ: 46.425.229/0001-79

**SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**

que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, e o Relatório da Execução Financeira que relaciona cada meta, etapa e fase do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, inclusive, indicando as receitas, as despesas e os rendimentos das aplicações financeiras, bem como o saldo da conta se houver até o período de que trata a prestação de contas.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS**

3.1 os pagamentos serão realizados em 18 parcelas iguais, de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) até o dia 10 de cada mês, sendo transferidos em contas bancárias distintas e vinculadas conforme a fonte de recurso, obedecendo o cronograma de desembolso mensal.

## **CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO**

4.1 os recursos orçamentários necessários para a execução do objeto do presente Termo de Colaboração correrão por conta das seguintes dotações no exercício de 2020 e no que couber do exercício de 2021, cujo valor global é de **R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais)**.

**OUTROS SERVIÇOS DE PESSOAS JURÍDICAS - Recurso Municipal - R\$ 83.640,00 de em 2020 e mais R\$ 334.560,00 em 2021 e mais R\$ 83.640,00 Recurso Municipal em 2022= totalizando R\$ 501.840,00 (quinhentos e um mil oitocentos e quarenta reais) – Recurso Municipal.**

**OUTROS SERVIÇOS DE PESSOAS JURÍDICAS - Recurso Federal, R\$ 6.360,00 em 2020 e mais R\$ 25.440,00 Recurso Federal em 2021 e R\$ 6.360,00 Recurso Federal em 2022 = totalizando R\$ 38.160,00 (trinta e oito mil cento e sessenta reais) Recurso Federal**

Portanto, o valor global do Edital de Chamamento Público para Casa Lar em 18(dezoito) meses de execução será de **R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais)**

## **CLÁUSULA QUINTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

5.1 A CONTRATADA é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

a) iniciar a execução do objeto pactuado a partir de 30 de setembro de 2020 até 30 de março de 2022, tendo de duração 18(dezoito) meses.

b) comparecer em juízo nas questões trabalhista propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o polo passivo, defendendo-se judicialmente e



# **Prefeitura Municipal de Aguai**

Avenida Olinda Silveira Cruz Braga, 215 - CEP.: 13.860-000 - Aguai - SP

Fone: (19) 3653-7100 – CNPJ: 46.425.229/0001-79

**SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**

reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;

c) fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;

d) pagar seus funcionários em dia, independente do dia do pagamento realizado pelo Município;

e) facilitar a fiscalização pelo Município, por meio da atuação do Gestor Municipal, da Comissão de Monitoramento e Técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família, e Controle interno devidamente autorizados pelo Secretário da pasta, durante a vigência da parceria;

f) cumprir em sua integralidade, as exigências do Chamamento Público, Plano de Trabalho e seus anexos.

## **CLAUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.**

6.1 A fiscalização da parceria será feita pelo gestor Municipal, pela Comissão de Monitoramento e Técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família, devidamente autorizados pelo Secretário da pasta, com as seguintes atribuições conforme preconizado no art. 61 da Lei 13.019/2014:

a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) informar o Controle Interno Municipal e o Prefeito Municipal a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) emitir parecer técnico conclusivo;

d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

e) A responsabilidade subsidiária do ente público nos casos de ações trabalhistas movidas contra a organização da sociedade civil não é automática. Ou seja, o ente público somente será responsabilizado subsidiariamente se ficar comprovado que agiu de forma culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas.

f) arquivar juntamente às notas de empenho (pelo prazo de 5 anos) a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo Município, elidindo eventual responsabilidade subsidiária de que trata a súmula em questão.



# **Prefeitura Municipal de Aguai**

Avenida Olinda Silveira Cruz Braga, 215 - CEP.: 13.860-000 - Aguai - SP

Fone: (19) 3653-7100 – CNPJ: 46.425.229/0001-79

**SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE**

7.1 O Município de AGUAÍ ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência da parceria, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução da presente parceria.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO**

8.1 O prazo para execução da presente parceria será de 18 (dezoito) meses de acordo com o cronograma físico financeiro, constante no Plano de Trabalho, podendo ser prorrogado na forma da lei.

8.2 O prazo estabelecido na Cláusula 8.1 deste termo contratual poderá ser prorrogado nos termos dos art. (s) 56 e 57 da Lei 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 3.494, de 06 de janeiro de 2017 e alterações.

8.3 A contratada é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do contrato em que se verificarem incongruências, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de mão-de-obra e materiais empregados de forma inadequada.

## **CLÁUSULA NONA**

9.1 A Contratada obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as metas pactuadas, fornecendo mão-de-obra, insumos, infraestrutura e demais elementos necessários à sua perfeita execução, conforme pactuado no Plano de Trabalho – parte integrante a este.

## **CLÁUSULA DÉCIMA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL- OSC (ART.73, VII)**

10.1 pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de (fomento ou de colaboração) e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de (fomento ou de colaboração) e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de



# **Prefeitura Municipal de Aguaí**

Avenida Olinda Silveira Cruz Braga, 215 - CEP.: 13.860-000 - Aguaí - SP

Fone: (19) 3653-7100 – CNPJ: 46.425.229/0001-79

**SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**

governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

11.1 A Contratada reconhece e declara expressamente a sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas, nos termos dos Artigos 22, 24 e 37 da Lei nº 13.019/2014 e demais legislações, normas e regulamentos pertinentes à matéria, conforme as condições do contrato.

11.2 no caso da Contratada ser responsável pelo fornecimento de insumos, este deve ser de 1ª qualidade, responsabilizando-se por qualquer problema surgido na execução das ações e trabalhos inerentes a execução da parceria, devendo reparar de forma premente no total ou parcialmente para o bom andamento da mesma.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

12.1 se, por qualquer razão, a Contratada não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do gestor da parceria, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

13.1 A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos qual obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

14.1 Este Termo de Colaboração poderá ser alterado quando:

a) A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

b) A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitado ao exato período do atraso verificado.



# **Prefeitura Municipal de Aguaí**

Avenida Olinda Silveira Cruz Braga, 215 - CEP.: 13.860-000 - Aguaí - SP

Fone: (19) 3653-7100 – CNPJ: 46.425.229/0001-79

**SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**

c) as alterações previstas no caput prescindem de aprovação de novo Plano de Trabalho pela administração pública, de análise jurídica prévia da minuta do termo aditivo da parceria e da publicação do extrato do termo aditivo em meios oficiais de divulgação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO**

15.1 O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 13.019/2014. A falta de pagamento das obrigações patronais por parte da OSC parceira e sujeitará à rescisão sumária do contrato.

§1º. Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da Organização da Sociedade Civil parceira, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos expressamente previstos em lei.

§2º. A pretensa rescisão, antes do termino previsto no presente termo de colaboração, por qualquer uma das partes deve ser notificada com antecedência mínima de 90(noventa) dias, salvo se por decisão judicial.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1 O presente Instrumento de Parceria rege-se pelas disposições expressas na Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 3.494, de 06 de janeiro de 2017e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente no que couberem, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS OMISSOS**

17.1 os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 3.494, de 06 de janeiro de 2017 e alterações e dos princípios gerais de direito.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

18.1 A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pela Comissão Monitoramento, Técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família, devidamente autorizados pelo Secretário da pasta e pelo gestor Municipal, que apontará as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela organização da sociedade civil contratada, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente termo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**

19.1 as partes elegem o foro da Comarca de AGUAÍ, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução



# **Prefeitura Municipal de Aguai**

Avenida Olinda Silveira Cruz Braga, 215 - CEP.: 13.860-000 - Aguai - SP

Fone: (19) 3653-7100 – CNPJ: 46.425.229/0001-79

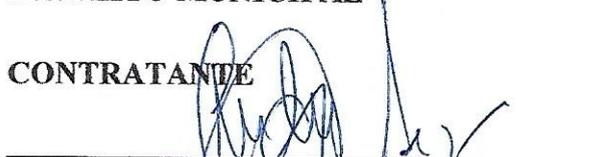
**SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**

do presente instrumento. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

AGUAÍ, 30 DE SETEMBRO DE 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**JOSÉ ALEXANDRE PEREIRA ARAÚJO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**CONTRATANTE**

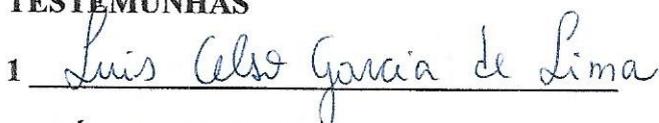
  
\_\_\_\_\_  
**CATARINA MARIA DE WIT SEGEREN**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**

**CONTRATADA**

  
\_\_\_\_\_  
**NEUSA MARIA VEROLA VINHAS**

**PRESIDENTE DA OSC**

**TESTEMUNHAS**

1   
\_\_\_\_\_  
**LUÍS CELSO GARCIA DE LIMA**

**TESTEMUNHAS**

2   
\_\_\_\_\_  
**CARLOS NORBERTO TEIXEIRA JÚNIOR**